



Os ministros militares reafirmaram ontem que não querem indenizar os cassados

ANC p4

Cinco anos para Sarney é consenso de militares

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem, que a grande preocupação das Forças Armadas no momento é a de que a transição política no País seja feita na maior tranquilidade possível. Depois de almoçar com os outros ministros militares no Ministério da Marinha, ele voltou a afirmar que por isso uma eleição presidencial este ano seria da maior inconveniência, pois poderia abalar essa tranquilidade.

O ministro garantiu, no entanto, que este assunto não fez parte da reunião de ontem, já que existe um consenso entre os militares sobre a necessidade de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O grande tema do encontro, segundo ele, foi a questão da anistia aos militares cassados após 1964, assunto que será votado pela Constituinte até o final deste mês.

Os três ministros preferem que seja mantido o texto da sistematização que não prevê pagamento de indenizações e nem a reintegração dos punidos. Para o ministro da Marinha, Henrique Sabóia, a volta dos cassados à tropa além de ferir os pilares das Forças Armadas, calcados na hierarquia e na disciplina, provocará uma sangria nos cofres públicos. Segundo ele, estudos realizados em sua pasta, a que tem maior número de anistiáveis, mostraram que, só em indenizações a União gastaria cerca de 140 bilhões.

Outro assunto discutido, o corte no orçamento dos ministérios em estudo pelo Governo, não está preocupando a área militar. O general Leônidas acredita que ele poderá afetar os programas de reequipamento das Forças Armadas, mas acrescentou: «Não haveremos de ser nós que vamos dar o mau exemplo fazendo exigên-

cias descabidas. Estamos acomodados ao que nos cabe gastar e temos uma obrigação patriótica de absorver esses cortes». Já o almirante Sabóia prefere esperar a decisão do Governo para depois comentar o assunto.

O general Leônidas criticou a atuação da CPI da Corrupção manifestando receio de que ela possa estar cometendo uma injustiça contra o presidente Sarney: «Todos nós desejamos que a corrupção seja punida. Mas não se pode falar sobre ela sem a comprovação dos fatos, porque frustra o povo», disse.

O próximo encontro dos militares ainda não foi definido mas deverá acontecer no Estado-Maior das Forças Armadas. Participaram, também da reunião de ontem, os chefes do Emfa, Paulo Camarinha; do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes; e do Gabinete Militar, Bayma Denys.

OAB denuncia manobras contra 4 anos

A proposta de quatro anos de mandato para o presidente Sarney corre o risco de ser inviabilizada em virtude do aumento de propostas fisiológicas do Planalto aos parlamentares "indecisos". A previsão é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomáz Bastos, que classificou a troca de favores e de cargos no segundo escalão do Governo por votos na Constituinte como "ilegal e ilegítima".

A pressão democrática é reconhecida por Bastos como um ins-

trumento de cidadania, pois é realizada às claras "e não embaixo dos panos, na base da fisiologia", disse. A OAB criticou também a atuação dos governadores do PM-DB, que nas campanhas eleitorais defenderam a tese das diretas-88, e que em troca de recursos, inverteram o posicionamento político hoje favorável ao Governo Sarney.

Márcio Bastos confirmou para o próximo dia 19, quinta-feira, a realização de apuração solene dos plebiscitos estaduais sobre a duração do mandato do presidente

Sarney. Ele acredita na repetição dos resultados revelados por pesquisas de opinião públicas, que dão 90% da sociedade brasileira favoráveis às eleições presidenciais este ano.

A aceleração das votações na Assembléia Constituinte está preocupando o movimento Diretas-88, em decorrência dos comícios marcados para Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo assim a OAB e o Comitê Suprapartidário não pretendem cancelar ou antecipar as concentrações.

ANC

12